



**ARTIGOS**



## **Instrumentalização Política e Econômica Da Sexualidade:**

**Uma Ferramenta de Hegemonia de Classe, à Luz da Teoria de Michel Foucault**

Thiago Augusto Galeão de AZEVEDO, *Universidade Federal Do Amazonas*

**Resumo:** Este estudo tem como objeto a possível instrumentalização da sexualidade à luz de interesses políticos e econômicos, a partir da consideração da teoria de Michel Foucault. Trata-se de um artigo que tem como objetivo contribuir com elucidações, considerando-se a seguinte pergunta problema: em que medida a sexualidade pode ser considerada um instrumento político e econômico hegemônico de uma classe social sobre as outras, a partir de Michel Foucault? Para respondê-la, inicialmente, analisou-se os mecanismos de poder centrados na vida, tratando-se do Poder Disciplinar, Biopolítica das Populações e da era do Biopoder, conceitos chaves na teoria do filósofo em análise. Em um segundo momento, centralizou-se a discussão sobre as relações de poder no âmbito do sexo, analisando as interações com este, principalmente, a partir da exposição do chamado dispositivo de sexualidade. Por fim, passou-se a analisar a possível instrumentalização da sexualidade por uma determinada classe, à luz de conceitos fundamentais em Foucault, como maximização da vida e Teoria da degenerescência, possibilitando a reflexão sobre a instrumentalização política e econômica da sexualidade, a partir de um viés hegemônico.

**Palavras-Chave:** Biopoder. Sexo. Sexualidade. Degenerescência. Corpo.



## Introdução

O presente artigo possui como objeto de estudo a possível instrumentalização da sexualidade, com fins políticos e econômicos, por uma determinada classe social. Ressalva-se, desde logo, que se trata de um estudo pautado na teoria do filósofo Michel Foucault, no sentido de que o interesse para com o presente artigo é analisar a citada possível instrumentalização a partir da leitura da teoria do filósofo.

Portanto, não há qualquer intuito de generalização ou mesmo afirmação de verdades absolutas em relação à existência de uma política sexual unitária. Tem-se como objetivo, sim, contribuir com uma leitura específica sobre um ponto determinado da teoria de Foucault.

Feitas as devidas ressalvas e contextualizações, este artigo tem como pergunta-problema: em que medida a sexualidade pode ser considerada um instrumento político e econômico hegemônico de uma classe social sobre as outras, a partir da teoria de Michel Foucault? Para respondê-la, o presente artigo está estruturado em três seções de conteúdo, além da presente introdução e considerações finais.

Em um primeiro momento, realizar-se-á uma análise sobre as formas de poder incidentes sobre a vida, a partir da teoria de Michel Foucault, constituintes de um mecanismo de poder complexo. Tratar-se-á das relações de poder incidentes sobre o corpo e sobre a população, respectivamente, Poder disciplinar e Biopolítica das Populações, para ao final, comentar a chamada era do Biopoder. Eis conceitos de fundamental relevância para a compreensão da problemática e da análise propostas pelo presente artigo, fornecendo-se, desta forma, a base teórica necessária para a citada compreensão.

Em seguida, em um segundo momento, passar-se-á a analisar, a relação das formas de poder com o sexo. A configuração da citada relação e os efeitos ocasionados no âmbito social, explorando-se, principalmente, o conceito de dispositivo de sexualidade, de fundamental relevância na teoria de Foucault, no âmbito dos seus estudos sobre sexualidade.

Por fim, a partir da construção da necessária base teórica, discutir-se-á a possibilidade de a sexualidade funcionar como um instrumento político e econômico hegemônico de controle, utilizado por uma determinada classe dirigente para se auto-afirmar e explorar as classes menos favorecidas. Analisando-se, também, a configuração da



violência relacionada à criação da sexualidade, à luz de um discurso que tem a vida em sua centralidade.

## **O Controle Da Vida: Uma Análise Sobre A Incidência De Mecanismos De Poder Sobre A Vida**

Inicia-se o presente artigo com a análise sobre a relação do poder e a vida, utilizando-se, para tanto, da teoria de Michel Foucault, que fundamenta e alimenta as discussões desenvolvidas ao longo do presente estudo. Nesta seção, serão explorados conceitos basilares de sua teoria, como os de *Poder Disciplinar* e *Biopolítica das Populações*, este dividido em *Governamental Estatal* e *Econômico Neoliberal*; com o objetivo de fornecer ao leitor o substrato teórico necessário para a plena compreensão da discussão projetada com o presente artigo, qual seja: compreender uma possível instrumentalização política da sexualidade, a partir de uma lógica de poder desvelada por Foucault.

O citado filósofo, em sua obra *História da Sexualidade: Vontade de Saber* (2014a), sustenta que, a partir do século XVIII, houve uma transformação na configuração do poder. Uma transformação radical, no sentido de que o poder que estava pautado na morte, no suplício, no castigo, chamado de *Poder Soberano*; perdeu a sua centralidade para uma nova configuração de poder, centrada na vida, no controle da vida dos indivíduos. Um poder que não tem como seu atributo a repressão, e sim o empreendedorismo, a criatividade, o controle da vida de indivíduos e de populações. Eis uma transformação que marca uma nova forma de existência para cada indivíduo, passando-se de uma mera existência jurídica para uma biológica.

Trata-se de um novo mecanismo de poder centrado na vida, que se desenvolveu através de duas formas: *Poder Disciplinar* e *Biopolítica das Populações* (*governamental estatal* e *econômico neoliberal*). Passar-se-á, mesmo que brevemente, a comentar as citadas duas formas de poder, com fins de contextualizar as discussões que serão travadas ao longo do presente artigo.

A primeira forma de poder incidente sobre a vida, à luz da teoria de Foucault, é o chamado *Poder disciplinar*, que tem como objeto de incidência o *Corpo*. Os corpos individuais ficam expostos a esta forma de poder. O corpo ganha um *status* econômico. É relacionado a uma



máquina, que precisa ser controlada, domesticada, ter horários de funcionamento, uma meta de produção e um padrão de comportamento. Trata-se de uma pedagogia corporal, relacionada ao viés econômico que marca este corpo, passando a ser uma peça manipulada pelo capital (FOUCAULT, 2014a).

Parafraseando o filósofo Miroslav Milovic, em sua obra *Política e Metafísica* (2017, p. 116-117), trata-se de um período em que o indivíduo é considerado pelas suas possibilidades, virtualidades, em relação à sociedade e não só pelos seus atos. Uma sociedade dominada pela lógica da vigilância panóptica, não mais pelo poder pastoral exercido sobre as almas e pelo poder soberano exercido pelo território.

Trata-se de um poder vital exercido sobre o corpo, à luz da necessidade de majorar a utilidade e docilidade dos corpos, por meio de um sistema de controle eficaz e econômico, assegurado “por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: anátomo-política do corpo humano.” (Foucault, 2014a, p. 150).

O indivíduo é docilizado, sendo coagido a reproduzir, entre outras normas, a norma de gênero caso queira ascender ao *status* de ser viável, conservando-o. Assim, Butler (1993) sustenta que a feminilidade não é produto de uma decisão, e sim de uma obrigação imposta pela norma que não está vinculada historicamente a relações de disciplina, regulação e castigo. Não há escolha em relação ao gênero, ninguém acata um gênero, o mesmo é encravado nos corpos, funcionando como um pré-requisito para que o indivíduo seja alguém em sociedade, um ser viável socialmente.

Uma criança que recebe de presente bonequinhas para cuidar, dar de mamar, fogãozinho e panelinhas onde predomina a cor rosa, está sendo preparada para o gênero feminino (passiva, cuidadosa, bondosa) e que terá na maternidade o melhor e único lugar para exercer estes atributos. Ou então, se esta criança ganha revólveres, carros, bolas e outros brinquedos que estimulam a competição e exigem esforços mentais e corporais está em curso o trabalho de fabricação do corpo para o mundo público. Os brinquedos continuam o trabalho do/a médico/a que proferiu as palavras mágicas: produzem o feminino e o masculino. Funcionam como próteses identitárias. (Bento, 2008, p. 37).

À mulher é reservado, culturalmente, a mão esquerda do Estado, a mão mais frágil, feminina, assistencialista. A força não é o seu principal atributo. Seu espaço é o interno, dentro de casa, gerenciando a casa, a família, a cozinha. Profissões como magistério infantil, assistente social,



relacionadas a embelezamento, bem-estar. Eis um trabalho cultural que é iniciado muito cedo, com a própria socialização por meios dos brinquedos direcionados a cada gênero (BOURDIEU, 2014).

Eis uma sociedade marcada por uma lógica do *panoptismo*, que é exercida por vários agentes sobre os corpos de indivíduos colocados em espaços de controle, seja na escola pelo mestre, seja nas prisões pelo diretor das mesmas, seja em casas de saúde pelos médicos e psiquiatras. São vigilantes, que possuem o poder não apenas de controlar, mas de formar um saber sobre os vigiados, pautado em padrões de normalidade, definidores do que pode ser considerado normal e anormal (FOUCAULT, 2013).

Importante ressaltar que, apesar de se estar citando uma relação de poder, denunciada por Foucault, em um período histórico específico, a contemporaneidade não está despida do controle panóptico, assim como das produções efetivadas sobre aqueles que são considerados à margem da normalidade.

Aspecto contemporâneo este que pode ser facilmente ilustrado a partir de Porto; Neves e Ferreira (2022), por meio do artigo intitulado “Uma análise sobre gêneros descartáveis e corpos matáveis em Manaus”:

João Isac, auxiliar de padaria de 26 anos, foi assassinado por paquerar outro homem num bar em que estavam. A notícia, parece esforçar-se para reiterar, ter havido assédio, por parte da vítima, em face de seu assassino, Daniel [...] Percebe-se a partir do título da notícia veiculado no portal antes referido - ‘Homem é morto a pauladas após assediar jovem em bar; irmãos confessaram o crime’ -, a ocorrência da prática usual de prejudicar a vítima, sobretudo, quando se tratam de sexualidade à margem. (2022, p. 276).

Trata-se da narração de um fato que ocorreu na contemporaneidade, atravessado por produções feitas sobre o corpo homoafetivo a partir do eixo de normalidade. Produz-se pessoas anormais. Para além da produção, é necessário responsabilizá-los, inclusive quando são mortos, diante do não reconhecimento da inteligibilidade de sua vida e também de seus direitos.

Sem excluir o formato de poder anterior, Foucault destaca que a partir da segunda metade do século XVIII surgiu a segunda forma de poder sobre a vida, a *Biopolítica das Populações*. Antes de desenvolvê-la, é importante ressaltar que não houve um processo de substituição de uma forma de poder por outra, e sim uma articulação entre estas, o que



inclusive foi chamado por Foucault de a *era do Biopoder*, conforme será analisado ainda nesta seção.

Esta nova forma de poder, diferente da anterior, não incide sobre corpos individualizados, estando centrada no coletivo, em populações, no corpo-espécie. O nível biológico ganha centralidade, fazendo com que populações sejam analisadas a partir de sua existência biológica, com o gerenciamento de suas variáveis como nascimento, mortalidade e saúde; determinando-se os seus processos biológicos. Destaca-se, a espécie é colocada no centro de estratégias políticas, no sentido de que o “o homem moderno é um animal em cuja política sua vida de ser vivo está em questão.” (Foucault, 2014a, p. 154-155).

Ainda sobre a *Biopolítica das Populações*, pode-se identificar na obra de Michel Foucault duas abordagens: a *Biopolítica Governamental Estatal* e a *Econômico Neoliberal*. A primeira seria exercida através de um controle efetuado pelo Estado. O gerenciamento dos processos biológicos do coletivo como uma política estatal, exercido através da chamada *arte de governar*, que tem como meta final a população, submetendo-se o coletivo a campanhas e táticas estatais, concretizando um *governo racional*.

Foucault, em sua aula do dia 01 de fevereiro de 1978, do curso intitulado de *Segurança, Território e População* (2008); fornece exemplos de como as citadas campanhas e táticas estatais impactam na vida do coletivo, seja por meio da estimulação da taxa de natalidade, seja com o direcionamento de fluxos de população para determinadas regiões, para o exercício de certas atividades (Foucault, 2008, p. 140). Um controle efetuado pelo Estado de uma forma sutil e quase imperceptível.

Em uma segunda abordagem, pode-se identificar na obra de Michel Foucault a chamada *Biopolítica Econômico Neoliberal*, própria do segundo pós-guerra do século XX. Uma forma de poder que não se exerce através da exclusividade do Estado, sendo marcada por um novo agente: o Mercado. Trata-se de um poder diretamente relacionado a tecnologias neoliberais de governo, em que o mercado assume o papel de agente regulador do coletivo, intervindo na sociedade de modo a assegurar que a concorrência possa regulá-la, trata-se da função reguladora chamada por Foucault de *regulador de mercado geral da sociedade*. Uma lógica social em que o livre mercado econômico passou a ser o instrumento supremo de configuração de verdade na sociedade contemporânea, produzindo-se



novas formas de padronização e administração de comportamentos do coletivo (DUARTE, 2015).

Contexto este que é desvelado por Emanuele Mantovani, em seu artigo intitulado “A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino”. É possível, a partir da análise da citada pesquisa, correlacionar o efeito da Biopolítica Econômica Neoliberal sobre o corpo da mulher, em formato de mão-de-obra.

Esta concepção alimenta o paradoxo que, ao mesmo tempo em que a presença da mulher no mercado de trabalho aumenta, permanecem as desigualdades de salário e oportunidades, além disso, a mulher continua a assumir o trabalho doméstico, o que libera o homem para se dedicar com exclusividade ao trabalho produtivo. Sob esta perspectiva, tanto a divisão de tarefas, quanto a divisão sexual do trabalho entre homens e mulheres está associada a uma trajetória de subordinação que estabelece uma relação hierárquica entre os sexos. (Mantovani, 2021, p. 45).

Para além do controle da vida efetuada pelo mercado, no caso do trabalho prestado por mulheres há um atravessamento de gênero impactante, a partir do que se entende por Divisão Sexual do Trabalho, marcada por diferenças salariais, discrepâncias em oportunidades e, sobretudo, o acúmulo de tarefas consideradas como essencialmente femininas [sic], como tarefas domésticas. A sobrecarga do corpo da mulher, que muitas vezes é romantizada em datas comemorativas capitalistas, como o dia das mães.

Considerando este contexto de supremacia do mercado, Foucault destaca a figura do chamado *homo oeconomicus*, termo que o filósofo utiliza para destacar o atributo econômico atribuído ao indivíduo, fazendo-o *empresário de si próprio*. Neste sentido, o homem representa para si próprio o seu capital, produtor do mesmo e a sua própria fonte de renda, âmbito no qual o salário recebido representa a remuneração do seu capital humano. Desta forma, tanto o indivíduo, em sua singularidade, como a população são submetidos a princípios configuradores do contexto social marcados pelos ideais do empreendedorismo e da disseminação de empresas (FOUCAULT, 2008).

Nesta abordagem da *Biopolítica*, a politização da vida está relacionada à Biogenética, em que esta assume o papel de instrumento de seleção social. Explica-se. Antes da mesma, os indivíduos e seus corpos estavam sujeitos ao destino genético de sua carga biológica. Com a



biogenética, aqueles que possuem o capital para dela fazer uso, têm a possibilidade de gerar seus descendentes com uma carga genética superior, fazendo-os indivíduos com um baixo risco de adquirir certas doenças e de desenvolver efeitos nocivos à sociedade [sic]. Ainda sobre o capital genético superior, Foucault (2008, p. 313) destaca que equipamentos genéticos superiores serão raros, o que justifica a sua entrada em circuitos ou cálculos econômicos.

Trata-se de um contexto social dominado por uma lógica neoliberal, em que a biogenética assume o papel de um instrumento que possibilita a majoração das capacidades individuais, das virtualidades dos indivíduos, tornando-os aptos a competir socialmente. Eis uma lógica de padronização, que tem como função tornar a população economicamente útil.

Considerando as duas formas de poder destacadas nesta seção, *Poder Disciplinar e Biopolítica das Populações*, Foucault sustenta a existência de um novo período, a *era do Biopoder*, que se desenvolve a partir das duas direções já discutidas neste artigo, pela disciplina, própria da primeira forma de poder; e pelas regulações de populações. Foucault (2014a) destaca que os citados poderes se articulam, formando agenciamentos concretos que constituem a tecnologia de poder no século XIX, sendo o *dispositivo de sexualidade* um dos mais importantes citados agenciamentos, que será desenvolvido na próxima seção.

## **Sexo E Poder: Análise Das Relações De Poder Incidentes Sobre O Sexo**

Analisados os mecanismos de poder centrais na teoria de Michel Foucault, passar-se-á a estudar as relações de poder incidentes sobre o sexo e os impactos daquelas sobre o mesmo, destacando-se o chamado dispositivo de sexualidade, conceito este central na teoria de Michel Foucault.

Ressalta-se, inicialmente, que foi a partir da vigência da era do Biopoder que os processos próprios à vida foram expostos a uma tentativa de controle e gerenciamento por parte deste novo mecanismo de poder-saber. Por meio da sua incidência sobre a vida, o acesso ao corpo foi concedido, fazendo com que os indivíduos sejam inseridos em um domínio de utilidade e valor, a partir da consideração da relação entre





capitalismo e Biopoder, sustentada por Foucault (2014a). Graças ao referido mecanismo de poder que o capitalismo pôde se desenvolver, seja com a organização e controle panóptico de corpos em uma escala de produção, Poder Disciplinar, seja com o controle de populações, com o incentivo à natalidade, por exemplo, a partir da Biopolítica.

Até a presente fase deste artigo, preocupou-se em analisar e esclarecer as relações de poder na teoria de Michel Foucault, por se considerar necessários para a plena compreensão da análise a que o presente estudo se propõe a realizar. Iniciar-se-á, portanto, feitas as abordagens teóricas basilares necessárias, a estudar a configuração do sexo diante das relações de poder incidentes sobre o mesmo, para que posteriormente se possa analisar a possível instrumentalização política da sexualidade, a partir da teoria de Foucault.

Pôde-se identificar, a partir do século XVIII, uma série de conjuntos estratégicos de poder sobre o sexo, ensejadores de um dispositivo de saber e de poder. Trata-se do surgimento de uma nova tecnologia de poder, que tinha o sexo em sua centralidade. Fundamentada não mais na religião, e sim na Medicina, na Pedagogia e na Economia. Estes como vetores de poder, compatível com a lógica empreendedora do Biopoder, de dominação de espaços com fins de normalização. O sexo ganhou o status de um interesse do Estado, fazendo com que quase todos do corpo social fossem obrigados a se colocar em vigilância (FOUCAULT, 2014a).

Para Foucault (2014a), como consequência das estratégias de poder incidentes sobre o sexo, a sexualidade foi produzida, como um dispositivo. Nas palavras do filósofo (2014a, p. 115): “De fato, trata-se, antes, da própria produção da sexualidade. Não se deve concebê-la como uma espécie de dado da natureza que o poder é tentado a pôr em xeque, ou como um domínio obscuro que o saber tentaria, pouco a pouco, desvelar.”. Portanto, a partir do excerto, a ideia fundamental a ser extraída é a de que a sexualidade é um construto na teoria foucaultiana, e não um dado da natureza.

A sexualidade é considerada, na teoria de Foucault, um dispositivo histórico, marcado principalmente pela “estimulação dos corpos”, “intensificação dos prazeres”, “incitação do discurso”, que se encadeiam a partir de estratégias de saber e poder (Foucault, 2014a, p. 115). Um dispositivo típico da modernidade, fundado em técnicas



empreendedoras preocupadas em disseminar as formas de controle e o seu domínio.

Crianças e adolescentes como seres sexuais, que precisam ser controlados, vigiados pela família, pedagogos, médicos e psicólogos. O nascimento e o casamento como objetos de um controle estatal exercido através de projetos médicos-político. O corpo social obrigado a se colocar em máxima vigilância. Incitação sexual, dizer sexual com viés político, econômico e técnico. Uma sociedade em que o sexo era considerado um perigo à saúde dos indivíduos e que por isso precisava ser controlado.

Para fins de realização do citado controle, instaurou-se uma lógica pautada na propagação da necessidade de se falar sobre o sexo, ao invés de reprimi-lo. O que está relacionado diretamente com o que Foucault (2014a) chama de hipótese repressiva, que é rechaçada por ele, no sentido de que houve inicialmente a incitação do sexo, com fins de instauração da sexualidade. Somente ao final do séc. XIX, que houve uma alteração na configuração do poder, propagando-se uma lógica de repressão da sexualidade. Logo, à luz de Foucault, a sexualidade não é majoritariamente reprimida, mas principalmente produzida através de discursos. O que será aprofundado posteriormente (MISKOLCI, 2009).

Bento (2006, p. 132), sobre o dispositivo de sexualidade, sustenta que a experiência transexual seria um dos desdobramentos do mesmo, tornando-se inclusive um acontecimento histórico passível de observação. Século XX. A partir de 1950, pôde-se identificar a construção e uma articulação sobre a citada experiência.

Eis um dispositivo que tem como condão apontar os sintomas e formular um diagnóstico específico para os indivíduos classificados como transexuais, produzindo-se o chamado *transexualismo*. É importante destacar que contemporaneamente a patologização da sexualidade continua exercendo grande força e impacto social, mas não mais a partir da lógica de perversão sexual ou homossexualismo. Trata-se de um sistema de poder empreendedor, que tem suas estratégias de dominação mutáveis. Opera-se com os *transtornos de gênero*, considerando que o gênero só consegue a sua inteligibilidade quando correlacionado à diferença sexual e a complementaridade dos sexos. Assim, a heterossexualidade seria uma condição para a inteligibilidade dos gêneros (Bento, 2008, p. 107).

Pensar a heterossexualidade como um regime de poder significa afirmar que longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, inscreve-se reiteradamente através de constantes operações de repetição



e de recitação dos códigos socialmente investidos como naturais. O corpo sexuado e a suposta ideia da complementaridade natural, que ganha inteligibilidade através da heterossexualidade, é uma contínua e incessante materialização intencionalmente organizada, condicionada e circunscrita pelas convenções históricas, e que se apresenta como a-histórica. (Bento, 2008, p. 30-31).

Uma sociedade marcada pela instauração do dispositivo de sexualidade, transformador do corpo social em corpo sexual. Eis o estabelecimento de uma lógica em que a sexualidade passa a atravessar os corpos dos indivíduos, que precisam ser cuidados e protegidos, diante do capital patológico próprio ao sexo, o que justifica a necessidade de saber tudo o que tinha relação com o mesmo; os desejos; as posições eróticas dos indivíduos; os seus relacionamentos; para fins de controle. Uma lógica em que a sexualidade é um produto de discursos e um instrumento de controle de corpos (FOUCAULT, 2014a).

Trata-se de uma tecnologia de poder herdeira do cristianismo, entretanto marcada por transições paradigmáticas, próprias do final do séc. XVIII e início do séc. XIX. A questão da morte e do castigo perde a sua centralidade para o caráter médico, para a afirmação de uma normalidade médica, inclusive, com a separação da medicina do corpo da do sexo, criando-se uma ortopedia sexual. Foucault (2014a, p. 128) cita a *Psychopathia sexualis* de Heinrich Kaan, de 1846, como indicador da autonomização do sexo em relação ao corpo e, correlativamente, de uma medicina específica do sexo.

Atribuiu-se ao sexo uma responsabilização biológica, pautada em ideais de hereditariedade. Este foi relacionado a doenças, sendo considerado um elemento com um potencial de transmissão de patologias para as próximas gerações. Trata-se do chamado Capital Patológico da Espécie, destacado por Foucault (2014a), o que enseja a necessidade do sexo ser controlado, evitando-se uma possível transmissão ou criação de doenças.

É neste contexto que surge um projeto médico chamado de Teoria da Degenerescência, que tem como base a noção de hereditariedade. Richard Miskolci (2008), considerando a teoria de Foucault, cita que psiquiatras afirmavam que o caráter dos indivíduos estaria relacionado à boa ou má herança genética, ao ponto que apenas “bons casamentos” proporcionavam filhos sadios e de bom caráter. A degeneração era considerada hereditária, incurável, em condições definitivas.



As duas grandes inovações na tecnologia do sexo, da segunda metade do séc. XIX, para Foucault (2014a), foi a medicina das perversões e os programas de eugenia. Um contexto marcado pela propagação de tais ideais por meio da teoria da degenerescência, que concedia uma explicação sobre a maneira como uma linha hereditária permeada por doenças produzia, ao final, um perverso sexual. Assim, a homossexualidade era considerada o resultado de uma transmissão das mais diversas doenças. E mais, a perversão sexual não só era considerada resultado, mas origem, também, de um esgotamento de descendência, com o raquitismo dos filhos e com a esterilidade de futuras gerações. O que está diretamente correlacionado com a criação do transexualismo.

O dispositivo de transexualidade como uma tecnologia precisa de poder, que associada ao dispositivo de sexualidade é responsável pela fabricação do corpo, mais especificamente, do corpo trans, um corpo que necessitaria de intervenção médica, diante do seu caráter patológico, incoerente. Eis uma lógica de poder que cria o próprio elemento que pretende controlar, entretanto, sob o viés de que este elemento é natural e em razão da natureza o controle, a cura deve ser realizada.

O corpo-sexuado (o corpo-homem e o corpo-mulher) que dá inteligibilidade aos gêneros encontra na experiência transexual seus próprios limites discursivos, uma vez que aqui o gênero significará o corpo, revertendo um dos pilares de sustentação das normas de gênero. Ao realizar tal inversão, deparamo-nos com uma outra 'revelação': a de que o corpo tem sido desde sempre gênero e que, portanto, não existe uma essência interior e anterior aos gêneros. Quando se problematiza a relação dicotômica e determinista entre corpo e gênero, outros níveis constitutivos da identidade se liberam para compor arranjos múltiplos fora do referente binário dos corpos. (Berenice Bento, 2006, p. 21).

À luz de Bento (2006), portanto, o corpo tem sido gênero desde sempre, no sentido de que ser mulher ou homem é definido pelo corpo que se tem, um corpo masculino ou feminino. Estrutura esta, entretanto, criada por um mecanismo de poder, pautada em uma norma de gênero, que vincula o mesmo às genitálias, aos corpos de cada indivíduo. Corpos sexuados, que foram alvo da sexualização produzida pelo dispositivo de sexualidade.

Destaca-se, assim, um dispositivo incidente sobre o sexo, que lhe concede um atributo patológico hereditariamente transmissível. O sexo como um perigo, que precisa ser contornado, contido, controlado. Precisava-se salvar a vida do seu potencial patológico, precisava-se protegê-la. O instrumento para essa proteção, de acordo com a teoria de Foucault (2014a), foi a sexualidade, a sexualização dos corpos, com fins



de proteção da vida. Investigar-se-á, na próxima seção, em que medida essa sexualização do corpo foi instrumentalizada por interesses políticos e econômicos de uma classe. Eis a questão central do presente artigo.

## **A Sexualidade Como Um Instrumento De Controle Político E Econômico**

Analizadas as formas de poder incidentes sobre a vida, destacadas na teoria de Michel Foucault, assim como a relação do poder com o sexo, representado principalmente pelo conceito de dispositivo de sexualidade; obteve-se o substrato teórico necessário para a compreensão da análise a que este artigo se propõe, em sua centralidade. Trata-se da investigação de um possível viés político e econômico na criação da sexualidade, considerando a teoria de Michel Foucault.

Ressalva-se que o presente artigo não tem como pretensão chegar a conclusões que possam ser generalizadas e aplicadas em absoluto. Eis um artigo teórico, principalmente filosófico, que tem como objetivo analisar e propor interpretações sobre pontos que se intercalam no seio da teoria do filósofo em destaque.

Foucault sustenta que a sexualidade não foi reprimida, majoritariamente. Pelo contrário, ela foi incitada nas sociedades modernas. O caráter inventivo da referida tecnologia foi impulsionado, principalmente, em dois momentos. O primeiro, no séc. XVI, com os processos de direção espiritual e exame da consciência. Seguido do surgimento das tecnologias médicas do sexo, no início do século XIX. Trata-se de uma Ciência do Sexo, que estaria legitimada a falar sobre o sexo, projetando-se em níveis de neutralidade e pureza, características consideradas próprias à ciência [sic]. Uma dita ciência que não fala do sexo, mas de suas disseminadas perversões. Uma ciência moralista, serviente a uma ordem dominante, possuindo como objetivo a pureza moral, a eliminação das criaturas aberrantes, daqueles que não seguem à lógica heteronormativa (FOUCAULT, 2014a).

No séc. XIX, criou-se uma rede causal relacionada ao sexo, considerando este como a origem de todas as doenças, como um elemento com um potencial de causar ilimitados perigos à vida dos indivíduos, o que justificava a preocupação, seguida do controle exercido sobre o mesmo. Um controle que estaria fundado na inquirição, uma vez que se a verdade quer ser válida cientificamente precisaria do ato da escuta feito



pelo médico, que traria a completude a partir da interpretação. Por isso, Foucault (2014a) sustenta, a partir do séc. XIX, que a sexualidade se tornou um elemento a ser interpretado.

Considerando o caráter inventivo da citada tecnologia e a sua configuração, destaca-se que a sexualidade foi alvo de uma incitação, e não de uma repressão, com fins de controle, de gerenciamento, à luz de uma lógica de proteção da vida. Foucault (2014a) defende, inclusive, que se a sexualidade fosse controlada em níveis de repressão os primeiros a serem atingidos seriam os indivíduos considerados da classe pobre, o que não representa a forma como se sucedeu.

Vê-se claramente: a genealogia de todas essas técnicas com suas mutações, seus deslocamentos, suas continuidades e rupturas, não coincide com a hipótese de uma grande fase repressiva inaugurada durante a época clássica e em vias de encerrar-se, lentamente, no decorrer do século XX. Houve, ao contrário, inventividade perpétua, produção constante de métodos e procedimentos [...] Outra foi a história de sua difusão e de seu ponto de aplicação. Se escrevêssemos a história da sexualidade em termos de repressão, seria necessário supor que os controles sexuais tivessem sido tanto mais intensos e cuidadosos quanto mais dirigidos às classes pobres; deve-se imaginar que tivessem seguido as linhas de maior dominação e da exploração mais sistemática [...] Ora, não parece que as coisas se tenham passado dessa forma. Ao contrário, as técnicas mais rigorosas foram formadas e, sobretudo, aplicadas, em primeiro lugar, com mais intensidade nas classes economicamente privilegiadas e politicamente dirigentes. (Foucault, 2014a, p. 130).

Destaca-se, assim, que as técnicas próprias à tecnologia do sexo foram formadas e aplicadas, primeiramente e com mais intensidade, nas classes privilegiadas economicamente e politicamente dirigentes. Inicialmente, a sexualidade das crianças e dos adolescentes da família burguesa ou aristocrática foi problematizada. Trata-se de uma lógica de alerta, no sentido de que as famílias burguesas e aristocráticas foram advertidas em relação ao potencial patológico do sexo, o que desencadeou a necessidade de vigiá-lo.

A família burguesa e aristocrática como os primeiros lugares em que houve a psiquiatrização do sexo, pedindo ajuda a técnicas “científicas”, aplicando-se em si próprias. Assim, a disciplina do corpo não foi aplicada, inicialmente, aos filhos do proletariado, e sim ao colegial, à criança que estava cercada por serviçais. A preocupação central era o não comprometimento de sua capacidade intelectual, o que já deixa bem marcado a hierarquia moderna em relação à mente e ao corpo. A mente, o intelecto, tinha que ser preservado, e menos o aspecto físico do corpo, uma



vez que este poderia ser facilmente encontrado na ralé, citando o termo utilizado por Jessé Souza, em sua obra *A ralé brasileira: quem é e como vive* (2009).

Trata-se de uma configuração social na qual sobre as crianças e adolescentes burgueses e aristocráticos incidia um dever moral e obrigação de preservação da descendência. Eles eram obrigados a manter a descendência de suas classes sadias, evitando-se qualquer tipo de doença e perversidade, à luz do já analisado sistema perversão - hereditariedade - degenerescência, que sustentava o sexo como a origem de todas as patologias, aniquiladoras da descendência.

E como proteger a descendência das classes dirigentes? Por meio do dispositivo de sexualidade. A sua instauração não ocorreu através da limitação do prazer alheio, e sim pelo teste do mesmo nas próprias classes dirigentes. A burguesia estaria preocupada com a maximização da sua vida, com a perpetuação de sua classe, do seu controle. Uma lógica de proteção da descendência, da vida das classes dirigentes, para que estas pudessem continuar no controle. Nas palavras de Foucault (2014a, p. 134, grifo nosso):

Ao invés de uma repressão do sexo das classes a serem exploradas, tratou-se, primeiro, do corpo, do vigor, da longevidade, da progenitura e da descendência das classes que ‘dominavam’. Foi nelas que se estabeleceu, em primeira instância, o dispositivo de sexualidade como nova distribuição dos prazeres, dos discursos, das verdades e dos poderes. Deve-se suspeitar, nesse caso, de autoafirmação de uma classe e não de sujeição de outra: uma defesa, uma proteção, um reforço, uma exaltação, que mais tarde foram estendidos – à custa de diferentes transformações – aos outros, como meio de controle econômico e de sujeição política. Nesse investimento sobre o próprio sexo, por meio de uma tecnologia de poder e de saber inventada por ela própria, a burguesia fazia valer o alto preço político de seu próprio corpo, de suas sensações, seus prazeres, sua saúde, sua sobrevivência.

Considerando o sustentado por Foucault no excerto retrotranscrito, houve um investimento sobre o próprio sexo, a partir de uma tecnologia de poder e de saber, que foi, destaca-se, inventada pela própria burguesia, fazendo valer o alto preço político do seu próprio corpo.

Apontamentos e esclarecimentos precisam ser feitos para se dar continuidade a presente análise. Nas seções anteriores, ao se tratar da incidência das relações de poder para com o sexo, destacou-se que foi a partir da era do Biopoder que os processos relativos à vida foram expostos



a uma tentativa de controle por um novo mecanismo de poder-saber, e que por meio da sua incidência sobre a vida o acesso ao corpo foi concedido, tornando os indivíduos peças no jogo de utilidade e valor, a partir da relação do Biopoder com o Capitalismo.

Precisou-se lembrar dessa relação entre Biopoder, acesso ao corpo e Capitalismo para se poder realizar apontamentos sobre o que foi sustentado por Foucault no citado excerto, quando alega que a própria burguesia teria inventado a tecnologia de poder-saber incidente sobre o sexo. Ora, a burguesia, então, seria a responsável pela criação e instauração do dispositivo de sexualidade, a partir de interesses políticos e econômicos. Trata-se de um agenciamento político da vida, que se realizou não tão somente por meio da submissão de outrem, mas principalmente a partir de uma afirmação de si, afirmação de sua própria classe, com fins de controle.

A classe hegemônica, no século XVIII, atribuiu-se um corpo a ser cultivado e protegido de perigos e de contatos, isolando-se, para que mantivesse sua pureza, sua saúde, seu valor diferencial. Outorgando, assim, uma tecnologia do sexo, entre outras ferramentas. O sexo não foi para a burguesia um objeto que teve que ser anulado, apagado com o objetivo de colocar os dominados em uma escala de produção. Trata-se do elemento que mais lhe preocupou, cultivando-o à luz de “terror, curiosidade, deleitação e febre.” (Foucault, 2014a, p. 135). Submetendo o seu próprio corpo, a burguesia atribuiu ao sexo a reponsabilidade por sua saúde futura, acreditando que este seria a porção para sua descendência sadia, entregando-lhe, assim, a sua alma. Não se deve ver a burguesia a partir de uma lógica de castração, pelo contrário, como destaca Foucault (2014a, p. 135):

Deve-se, ao contrário, vê-la, a partir da metade do século XVIII, empenhada em se atribuir uma sexualidade e constituir para si, a partir dela, um corpo específico, um corpo de ‘classe’ com uma saúde, uma higiene, uma descendência, uma raça: autosssexualização do seu próprio corpo, encarnação do sexo em seu corpo próprio, endogamia do sexo e do corpo. Havia, sem dúvida, diversas razões para isso.

A burguesia estaria empenhada na tarefa de atribuir a si própria uma sexualidade, constituindo a partir dela um corpo diferenciado, saudável, higienizado, com um potencial para descendências sadias, uma raça superior. Trata-se de um corpo sexualizado.





Foucault (2014a) sustenta que a estratégia política da burguesia com a marcação do seu corpo pelo sexo configura uma transposição dos procedimentos utilizados pela nobreza, que também afirmava o caráter diferencial do seu corpo, entretanto a partir do seu sangue. Na lógica burguesa, o sangue seria o seu sexo. Uma lógica de sobreposição da casta burguesa sobre as demais, a partir de preceitos biológicos, médicos ou eugênicos, fulcrados na higiene e na saúde propiciados por meio do corpo sexualizado.

Todavia, a preocupação da burguesia para com o corpo sexual transcende a uma mera transposição da lógica da nobreza com fins de auto-afirmação. Havia outro projeto, também, o da expansão perpétua da saúde, da vida e, conseqüentemente, da classe burguesa. Uma lógica de valorização do corpo ligada à hegemonia de classe. Uma cultura do corpo, que está baseada na relação do corpo, sexo e uma espécie de racismo, conforme destaca Foucault (2014a, p. 137):

Testemunhos disso são as obras publicadas em número tão grande, no fim do século XVIII, sobre a higiene do corpo, a arte da longevidade, os métodos para ter filhos de boa saúde e para mantê-los vivos durante o maior tempo possível, os processos para melhorar a descendência humana; eles atestam, portanto, a correlação entre essa preocupação com o corpo e o sexo e um certo 'racismo' [...] Trata-se de um racismo dinâmico, de um racismo de expansão, embora só encontrado ainda em estado embrionário e tendo tido que esperar até a segunda metade do século XIX para dar os frutos que acabamos provando.

Assim, a burguesia assumiu um corpo e uma sexualidade, para que a partir de um corpo sexualizado possa atingir o perpétuo, a proliferação secular deste corpo por meio do dispositivo de sexualidade, afirmando a sua diferença e hegemonia a partir desta lógica. A burguesia converteu, assim, o sangue azul da nobreza em um organismo e em uma sexualidade saudáveis.

Sustenta-se, portanto, que a burguesia utilizou da sexualização do corpo, do corpo sexualizado, marcado pelo sexo, para fins políticos e econômicos. Trata-se de uma estratégia baseada na maximização da vida, criada pela burguesia e implantada pela mesma. Uma lógica de controle do corpo em relação ao sexo, uma vez que este era considerado a chave para um organismo saudável e para descendências sadias, o que permitiria a perpetuação da classe, possibilitando o seu domínio político sobre as demais, que estariam à mercê de perversidades, não restando



outro espaço a ocuparem a não ser o papel de explorados pela classe burguesa dominante.

Foucault (2014a) comenta, sobre a temática, que a classe burguesa opôs obstáculos a reconhecer um corpo e um sexo nas outras classes, nas classes exploradas. As condições de vida a quais foram submetidos eram incompatíveis com a consideração de corpo e sexo. Não se tinha como preocupação a vida desses indivíduos, uma vez que de quaisquer maneiras estes se reproduziriam sozinhos.

Somente a partir de conflitos que o proletariado teve uma sexualidade e um corpo, que a sua saúde, seu sexo se tornaram problemas. Conflitos urbanos, a exemplo de epidemias, como a da cólera em 1832, prostituição e doenças venéreas. Trata-se de uma lógica de preocupação com a vida do proletariado em razão de seu potencial econômico, leia-se mão-de-obra. O fato determinante na origem da importância dada à saúde das classes exploradas foi o prejuízo econômico que as classes dirigentes teriam com o aniquilamento do proletariado. Uma lógica econômica e política, pautada em critérios utilitários. Em linhas sucintas, precisava-se de mão-de-obra saudável e contínua.

Desta forma, destaca-se uma alteração na lógica de instauração de um corpo e de uma sexualidade no proletariado em relação à classe dirigente burguesa. Enquanto na burguesia a instauração de tais elementos teria como ideal estratégico a sobreposição de sua classe, em relação às classes dominadas, a referida instauração teria um viés econômico, de controle, com fins de sujeição. Logo, após reconhecidos, o corpo e a sexualidade do proletariado foram colocados em vigilância.

Foucault ilustra as ferramentas utilizadas na realização de tal controle (2014a, p. 138): “escola, a política habitacional, a higiene pública, as instituições de assistência e previdência, a medicalização geral das populações, em suma, todo um aparelho administrativo e técnico permitiu, sem perigo, importar o dispositivo de sexualidade para a classe explorada [...]”. Deve-se destacar que este dispositivo apenas foi importado para o proletariado quando não mais se corria o risco de ele gerar os efeitos de afirmação de classe contra a casta dirigente, que seria único na classe burguesa. Assim, a partir da lógica econômica de exploração da classe proletária pela burguesa, no que já se discutiu em termos de mão-de-obra estável e sadia, o dispositivo de sexualidade continuava a ser um instrumento de sua hegemonia.



A “sexualidade”, portanto, como um conjunto de efeitos gerados nos corpos, em comportamentos, nas relações sociais, a partir de um dispositivo, que é elemento de uma tecnologia política complexa. Entretanto, deve-se ressaltar que não se trata de um dispositivo com funcionamento simétrico, não produzindo os mesmos efeitos (FOUCAULT, 2014a). Nas palavras do filósofo (2014a, p. 139):

Logo, é preciso voltar a formulações há muito tempo desacreditadas: deve-se dizer que existe uma sexualidade burguesa, que existem sexualidades de classe. Ou, antes, que a sexualidade é originária e historicamente burguesa e que induz, em seus deslocamentos sucessivos e em suas transposições, efeitos de classes específicos.

Assim, pode-se sustentar, à luz da teoria de Foucault, que a sexualidade estaria originariamente relacionada à classe burguesa. Teria sua origem a partir dos interesses políticos e econômicos da citada classe dirigente, assumindo contornos múltiplos em outras classes específicas. Trata-se da origem histórica da sexualidade, que seria disseminada, posteriormente, através de múltiplos instrumentos e formas, com deslocamentos sucessivos e transposições, à luz de um foco hegemônico.

A citada heterogeneidade se tornou passível de percepção, no presente artigo, quando se discutiu a configuração do dispositivo de sexualidade em relação à classe hegemônica, pautada na maximização da vida, do cuidado; realizando-se um paralelo com o funcionamento nas classes exploradas, marcada pelo controle e viés repressor, à luz de fins de exploração, sujeição. Trata-se da generalização do dispositivo de sexualidade, dotando o corpo social de um “corpo sexual”, heterogêneo.

Ao final do século XIX, a burguesia reconfigura a sua sexualidade perante a das demais classes. Sustentando uma linha diferenciadora, que a singulariza e diferencia o seu corpo, protegendo-o. Trata-se de um contexto de interdição na maneira que a sexualidade burguesa é exercida e no rigor de sua imposição. Abre-se um parêntese para afirmar que é a partir deste contexto que se fundamentou a ideia de hipótese repressiva, de que a sexualidade foi reprimida, não se considerando o seu histórico, que parte de uma incitação para depois se chegar a então repressão.

Foucault (2014a) sustenta que o fato de a sexualidade ter sido relacionada a duas formas de poder, poder disciplinar e biopolítica das populações, gerou conseqüências no século XIX. A sexualidade foi dessecada, examinada em detalhes. Foi desencavada nas condutas e objeto de perseguição. In verbis, sustenta Foucault (2014a, p. 160):



[...] busco as razões pelas quais a sexualidade, longe de ter sido reprimida na sociedade contemporânea, está, ao contrário, sendo permanentemente suscitada. Foram os novos procedimentos do poder, elaborados durante a época clássica e postos em ação no século XIX, que fizeram passar nossas sociedades de uma simbólica do sangue para uma analítica da sexualidade. Não é difícil ver que, se há algo que se encontra do lado da lei, da morte, da transgressão, do simbólico e da soberania, é o sangue; a sexualidade, quanto a ela, encontra-se do lado da norma, do saber, da vida, do sentido, das disciplinas e das regulamentações.

Foucault (2014c) faz uma ressalva de fundamental importância. Poder-se-ia, a partir da identificação de traços comuns, ter a impressão de que a ética sexual própria ao cristianismo, ou Ocidente moderno, já estaria instaurada a partir de alguns de seus princípios essenciais na época em que estava em vigência a cultura greco-romana. Todavia, ressalva Foucault, este pensamento seria marcado por um desconhecimento de distinções fundamentais próprias às relações que os indivíduos sustentavam consigo mesmos.

Perceber-se-á as citadas distinções fundamentais, a partir da Idade Média. Tudo passou a ser regulado, das posições sexuais até os sonhos dos indivíduos, precisava-se saber de tudo.

A essa discrição grega se oporá a meticulosidade atenta da pastoral cristã, a partir da Idade Média: então se fará com que tudo seja regulado – posições, frequência, gestos, estado de alma de cada um, conhecimento por uma das intenções do outro, signos do desejo por um lado, marcas de aceitação por outro etc. A moral helenística e romana, por seu lado, diz pouco sobre isso. (Foucault, 2014c, p. 206).

Começa-se a entender, assim, a ressalva de Foucault quanto ao possível pensamento de que a ética sexual moderna já teria alguns de seus princípios fundamentais na vigência da moral da Grécia Clássica. Passou-se de uma lógica de cuidado de si, que não estaria marcada por um aspecto de controle, para um contexto dominado pela pastoral cristã, atravessado por uma configuração de poder extremamente controladora, o que influenciou diretamente na relação do corpo, sexo e gênero.

Portanto, é importante destacar que não se pode inferir que a moral sexual própria ao cristianismo e a do paganismo formem uma continuidade. Há diversos princípios, noções e temáticas que podem ser encontradas tanto em um como em outro, mas não possuem o mesmo lugar e valor em ambos. A igreja e a pastoral cristã colocaram em vigência um princípio moral construtivo, controlador, que possuía um alcance



universal. Todavia, na antiguidade, o pensamento não estava organizado sob o viés de uma moral unificada, coerente e impositiva a todos. Tratava-se apenas de uma suplementação à moral aceita comumente (FOUCAULT, 2014b).

Assim, houve uma alteração no mecanismo de poder incidente sobre o sexo, a partir da época clássica, instaurando-se no séc. XIX, com a incitação sobre o sexo. No lugar da morte, típica da sociedade de sangue, a vida. Uma sociedade de análise da sexualidade, normalizada, que tem em sua centralidade uma preocupação com a vida, um controle sobre a mesma, exercido por meio da disciplina e da regulamentação, leia-se poder disciplinar e biopolítica, já analisados ao início do presente artigo.

Trata-se de uma sociedade marcada pelo cuidado, pelo temor, em relação à sexualidade. Eis uma lógica de maximização da vida, de proteção desta contra doenças que estariam relacionadas à sexualidade, o que justifica o seu controle permanente, para que esta não escape e represente uma ameaça à vida, à espécie.

Apesar de se tratar de duas espécies de sociedades, sociedade de sangue e sociedade de sexualidade, Foucault (2014a) sustenta que é possível se identificar justaposições entre estas, no período de transição. Destaca-se uma forma de racismo que foi formado a partir da segunda metade do séc. XIX, baseado em uma lógica biológica, um racismo de estado, exercido por meio de estratégias políticas de povoamento, do controle da família e do casamento, da educação, da propriedade, das hierarquias sociais. Um racismo desenvolvido por meio de um conjunto de intervenções permanentes efetuadas sobre corpos, condutas, saúde e vida. Estas foram justificadas em função de uma preocupação para com a proteção da pureza do sangue e do triunfo da raça. Foucault, inclusive, cita o nazismo como a combinação “mais ingênua e mais ardiolosa” dos fantasmas do sangue com os paroxismos do poder disciplinar (2014a, p. 162).

Destaca-se que a transição do objeto do poder, da morte à vida, trouxe conseqüências, também, para a configuração da violência exercida pelo Estado. Antes, na vigência do mecanismo de poder centrado na morte, poder soberano, a violência estava fundamentada no direito do soberano de se proteger contra ameaças. A partir da instauração deste novo mecanismo de poder, centrado na vida, há uma inversão lógica, no sentido de que a violência se justifica pelo direito do corpo social de ter a sua própria vida preservada. Nas palavras de Foucault (2014a, p. 147):



Mas esse formidável poder de morte - e talvez seja o que lhe empresta uma parte da força e do cinismo com que levou tão longe seus próprios limites – apresenta-se agora como o complemento de um poder que se exerce, positivamente, sobre a vida, que empreende sua gestão, sua majoração, sua multiplicação, o exercício, sobre ela, de controles precisos e regulações de conjunto. As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos, populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais.

A violência passa a ser legitimada pelo discurso de maximização da vida, que precisa ser protegida contra ameaças, perversões, contra aquilo que pode lhe prejudicar. Sob esta lógica, Foucault realiza uma associação desta nova configuração da violência aos holocaustos sobre as próprias populações. A morte como um instrumento complementar de um controle positivo sobre a vida.

Pensando nessa nova configuração da violência em relação ao objeto do presente artigo, pergunta-se: como se pode interpretar os atos realizados pela classe burguesa à luz da lógica de maximização da vida, de proteção de sua descendência, conseqüentemente, de auto-afirmação de classe? Seriam atos dotados de violência?

Inicialmente, volta-se a frisar que, à luz da teoria de Michel Foucault, a classe burguesa seria a responsável pela criação e instauração de um dispositivo, chamado dispositivo de sexualidade, que representa um instrumento político e econômico. Com fins de auto-afirmação de sua classe, o filósofo sustenta que a referida classe dirigente se auto-aplicou o dispositivo, com fins de proteção de sua vida, de sua espécie, considerando o que era sustentado pela teoria da degenerescência.

Assim, o corpo foi sexualizado, tornou-se um objeto de cuidados, de proteção. Qualificando a classe burguesa, a partir de seu corpo e de sua sexualidade, como uma classe diferenciada em relação às demais, ao ponto de garantir, desta forma, sua hegemonia política e econômica. Tão somente quando se percebeu que as vidas daqueles pertencentes à classe explorada eram importantes economicamente, disseminou-se o referido dispositivo a estas.

Trata-se de uma produção de efeitos nos corpos, nos comportamentos e nas relações sociais, a partir de um dispositivo de poder. Uma lógica de violência, não necessariamente física, mas principalmente simbólica; que invade os corpos, normalizando-os, moldando-os, com o objetivo de servir a interesses políticos e econômicos.



Sustenta-se, assim, a sexualidade como um elemento de uma tecnologia política complexa de poder, padronizadora de corpos e de modos de vida, à luz de uma estratégia política e econômica burguesa. A sexualidade como um instrumento político e econômico, sendo instaurada em níveis de violência justificada pela proteção à vida. Trata-se não apenas da morte de sujeitos em prol de uma eugenia, mas a morte da liberdade corporal, de projetos de vida, de autonomia; em razão de uma lógica biologizante, comprometida com os interesses políticos e econômicos da classe dirigente, burguesa.

Por fim, cabe fazer uma ressalva. A pesquisa aqui proposta não tem como objetivo desvelar uma política sexual unitária, tampouco propagar, defender a existência de um padrão político sexual aplicável a todos os espaços e sociedades. Trata-se de uma proposta de estudo que se limita à teoria de Michel Foucault, buscando esclarecer e propor interpretações a pontos específicos de sua obra. Assim, corroborando da tese de Foucault (2014a), entende-se que não houve uma homogeneidade na política sexual, o que não inviabiliza a busca por uma origem histórica da sexualidade.

## Considerações Finais

O presente artigo, conforme já exposto na introdução, tem como objeto de estudo a possível instrumentalização política e econômica da sexualidade. Para a realização do citado estudo, utilizou-se a teoria de Michel Foucault. Trata-se de uma pesquisa que se projeta dentro da teoria do filósofo, buscando elucidar e propor interpretações sobre um ponto específico de sua teoria.

De uma forma seqüencial, em um primeiro momento, analisou as formas de poder incidentes sobre a vida, sustentadas por Foucault. Identificou-se uma alteração na configuração do mecanismo de poder, que tirou do seu centro a morte, passando a ter incidência sobre a vida. Trata-se de um poder obstinado a controlar corpos e populações sob o pretexto de preservação da vida.

À luz do citado mecanismo de poder, expôs-se, primeiramente, o chamado Poder disciplinar, incidente sobre os corpos dos indivíduos, controlando-os em níveis de vigilância panóptica, inserindo-os em uma escala de produção. Logo, uma forma de poder, nitidamente, relacionada a interesses econômicos.



Analisou-se também, por sua vez, uma segunda forma de poder incidente sobre a vida. Trata-se da Biopolítica das Populações, um poder que se exerce não sobre corpos individuais, e sim sobre o coletivo, populações. Expôs-se suas duas vertentes, a Biopolítica Governamental Estatal, um poder exercido pelo Estado; e a Biopolítica Econômica Neoliberal, em que é o mercado que assume a titularidade deste poder, tornando-nos empresários de si próprios. Por fim, ainda nesta seção, analisou-se, mesmo que brevemente, a chamada era do Biopoder, que seria marcada tanto pelas relações de poder advindas do Poder disciplinar, assim como da Biopolítica das Populações. Trata-se de um poder exercido sobre a vida, em que esta passa a ocupar o mesmo espaço do político.

Em um segundo momento, centralizou-se a discussão para o objeto de estudo proposto pelo presente artigo, passando-se a analisar o impacto das relações de poder sobre o sexo. Inicialmente, discutiu-se que foi a partir da incidência do poder sobre a vida, que o acesso ao corpo foi concedido, podendo-se identificar, a partir do século XVIII, um conjunto de estratégias de poder sobre o sexo, ensejadores de um dispositivo de poder-saber sobre o mesmo. Trata-se do dispositivo de sexualidade.

Um dispositivo de poder que não mais estaria fundado na religião, mas na Medicina, na Pedagogia e na Economia; instaurador de uma lógica de controle do corpo, a partir da incitação do falar sobre o mesmo. Uma preocupação excessiva com o corpo, este sexualizado, diante do considerado capital patológico do sexo, à luz da teoria da degenerescência, que situava o sexo como origem de doenças e aniquilador de descendências. Assim, o corpo social cedeu espaço ao corpo sexual, fazendo deste um objeto que precisa ser cuidado, cultivado e protegido contra a origem de todos os maus, o sexo.

Realizadas as necessárias reconstruções filosóficas, passou-se a analisar a possível instrumentalização política e econômica da sexualidade. Partiu-se da concepção foucaultiana de que foi a classe burguesa a responsável por inventar e se auto-aplicar um dispositivo, o dispositivo de sexualidade. Este como uma invenção de uma classe à luz da máxima de maximização da vida.

O corpo social foi atravessado pela sexualidade, ao ponto de se tornar um corpo sexual. A sexualidade como um instrumento de poder, um conjunto de efeitos impactantes nos corpos, nos comportamentos e





em relações sociais; à luz de um dispositivo integrante de uma tecnologia política complexa.

Destacou-se um contexto social marcado pelos ditames da teoria da Degenerescência, instauradora da lógica do capital patológico do sexo, que instalam uma lógica de proteção à vida, associado aos mecanismos de poder já destacados, além de propiciar um contexto em que para se proteger a vida de uma determinada classe seria necessário proteger o corpo dos seus integrantes. Proteger contra a origem de todo o mau, contra a origem de todas as doenças, contra o elemento que possui um potencial aniquilador de gerações, leia-se o sexo. Pergunta-se: como realizar essa proteção? Por meio da sexualidade, esta enquanto um dispositivo.

Assim, destaca-se a sexualidade como um dispositivo que foi criado pela classe burguesa, com fins de auto-afirmação, de firmamento de sua classe. Precisava-se cultivar, cuidar e proteger o corpo da classe burguesa para que esta pudesse se perpetuar, ter descendências sadias, ter longevidade. Assim, estaria apta a manter o seu domínio político e econômico.

Analisou-se que só a partir do momento em que se percebeu que a saúde das classes exploradas era fundamental para o domínio econômico da classe exploradora, que se expandiu o dispositivo de sexualidade para aquelas. Não se trata de uma lógica de cuidado, ou mesmo de proteção, e sim de uma estratégia econômica hegemônica com fins de dominação.

Desta forma, defendeu-se que, à luz da teoria de Michel Foucault, a sexualidade, enquanto dispositivo, foi um instrumento utilizado pela classe burguesa com fins econômicos e políticos hegemônicos, à luz de um claro interesse de sobreposição de classe e exploração dos menos favorecidos, a partir de um discurso de proteção da vida, que inclusive legitima, conforme destacado, uma violência que se exerce a partir de uma lógica de matar para se proteger a vida.

A sexualidade como uma forma de violência, não apenas fundada na morte de sujeitos com fins eugênicos, mas principalmente na morte da autonomia do indivíduo em relação ao seu corpo, na morte de sua liberdade, que inclui a liberdade sexual, morte de modos de vida; em função de uma lógica biologizante, instrumentalizada por uma classe dirigente, à luz de interesses políticos e econômicos.



## Referências

- BENTO, Berenice. O que é transexualidade? 1 ed. Brasília: brasiliense, 2008.
- BENTO, Berenice. Reinvenção do Corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual. 1 ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.
- BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina – A condição feminina e a violência simbólica. 1ª ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2014.
- BUTLER, Judith. Bodies that matter: on the discursive limits of “sex”. New York: Routledge, 1993.
- DUARTE, André. *Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo*. In: Para uma vida não-fascista. Org. Margareth Rago; Alfredo Veiga-Neto. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- FOUCAULT, Michel. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau Editora, 2013.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014a.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade II: o uso dos prazeres*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014b.
- FOUCAULT, Michel. *História da sexualidade III: o cuidado de si*. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque. 1ª ed. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz & Terra, 2014c.
- FOUCAULT. *Segurança, Território e População*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- MANTOVANI, E. (2021). A política pública do Microempreendedor Individual como instrumento de precarização do trabalho feminino. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 6(3), 35–56. <https://doi.org/10.9771/cgd.v6i3.35205>
- MILOVIC, Miroslav. *Política e Metafísica*. São Paulo: Max Limonad. 2017.
- MISKOLCI, Richard. *A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização*. Sociologias [online]. 2009, n. 21 [cited 2015-05-07], p. 150-182. Disponível em:



<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-45222009000100008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 13 set. 2020.

MISKOLCI. O corte da Sexualidade: a emergência do dispositivo de sexualidade no Brasil. In: *Reunião Brasileira de Antropologia: Desigualdade e Diversidade*, 2008. Anais Online da Reunião Brasileira de Antropologia. Brasília: ABA, 2008. v. 1. Disponível em: [http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/grupos\\_de\\_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/grupos_de_trabalho/trabalhos/GT%2028/richard%20miskolci.pdf). Acesso em: 01 set. 2020.

PORTO, K. de A., Neves, A. L. M. das ., & Ferreira, B. de O. (2022). Uma análise sobre gêneros descartáveis e corpos matáveis em Manaus. *Cadernos De Gênero E Diversidade*, 8(2), 265–283. <https://doi.org/10.9771/cgd.v8i2.38737>

SOUZA, Jessé. *A Ralé Brasileira: quem é e como vive*, Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.

## Political And Economic Instrumentalization Of Sexuality: A Class Hegemony Tool, According Michel Foucault's Theory

**ABSTRACT:** This study aims at the possible instrumentalization of sexuality in the light of political and economic interests, according Michel Foucault's theory. It is an article that the objective is contribute with elucidations, considering the question: to what extent can sexuality be considered a hegemonic political and economic instrument of one social class on the other, from Michel Foucault? In order to answer it, we initially analyzed the mechanisms of power centered in life, dealing with Disciplinary Power, Biopolitics of Populations and the era of Biopower, concepts that are key in the theory of the philosopher under analysis. In a second moment, the discussion about power relations in the context of the sex centered, analyzing the interactions with this one, mainly, from the exposition of the called device of sexuality. Finally, we analyzed the possible instrumentalization of sexuality by a particular class, according fundamental concepts in Foucault, such as maximization of life and degeneracy theory, enabling reflection on the political and economic instrumentalization of sexuality, from a hegemonic bias.

**KEYWORDS:** BIOPOWER. SEX. SEXUALITY. DEGENERACY. BODY.

### ***Thiago Augusto Galeão de AZEVEDO***

Professor Da Faculdade De Direito Da Universidade Federal Do Amazonas (FD-UFAM); Professor Permanente Do Programa De Pós-Graduação Em Direito Da Universidade Federal Do Amazonas (PPGDIR/UFAM); Líder Do Grupo De Pesquisa Em Direito Antidiscriminatório E Marginalizações Sociais Na Amazônia (GPDAMSA - CNPQ - UFAM); Coordenador Do Projeto De Pesquisa Produção Jurídica De Corpos: Relações De Poder, Direito E Corpo (UFAM); Pós-Doutor Em Direito - Universidade De Brasília (UNB); Doutor Em Direito - Universidade De Brasília (UNB); Mestre Em Direito - Centro Universitário Do Estado Do Pará (CESUPA); Especialista Em Direito Civil - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais (PUC-MG); Especialista Em Direito Homoafetivo E Gênero - Universidade De Santa Cecília (UNISANTA); Bacharel Em Direito - Centro Universitário Do Estado Do Pará (CESUPA); Advogado (OAB/MT 26.888-B).

*E-mail: thiagogaleao@hotmail.com*

*Lattes: [Http://Lattes.Cnpq.Br/5496674400879290](http://Lattes.Cnpq.Br/5496674400879290)*

*ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7698-7417>*

*Recebido em: 17/09/2020*

*Aprovado em: 21/09/2022*